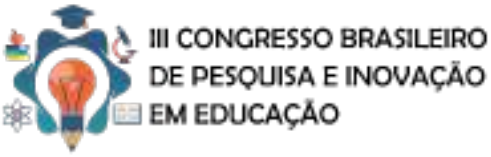
ISSN: 2675-813X V. 5, Nº 4, 2024



AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

BRUNA PEREIRA DE FREITAS; CRISTIANA PEREIRA TAVEIRA; DANIELLA ALVES DA SILVA; JESSICA GABRIELLE DE LIMA SILVA

RESUMO

O processo de inclusão na rede de ensino regular vem recebendo cada vez mais matriculas de crianças com necessidades atípicas, o que já é previsto e regulado em lei, contudo o mesmo vem cercado de muitos desafios, para além do acolher essas crianças, mediante nossas observações em loco de como a inclusão vem ocorrendo em uma ambiente de educação infantil pública municipal, no Centro de Educação Infantil Neemia Jataí teles no Município de Quixadá-a-ce, nos propusermos a conhecer mais acerca dessa temática mediante pesquisas de caráter bibliográfico, também nos aprofundamos em seus pressupostos legais, como a Declaração de Salamanca e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nosso objetivo principal foi verificar a importância do atendimento educacional especializado no desenvolvimento de crianças com deficiências, mais especificamente analisar as contribuições do atendimento educacional especializado em crianças na educação infantil, observar suas contribuições no processo de inclusão escolar e analisar como o mesmo vem sendo desenvolvido. Atualmente o atendimento educacional especializado vem se mostrando uma ferramenta importante ao passo que contribui com professor de sala de aula regular no processo de aprendizagem da criança com necessidades especiais, o mesmo ocorre mediante ao uso de jogos pedagógicos, atividades lúdicas que desenvolvem nas crianças habilidades no ato do brincar. Ressaltamos que não há a intenção de alfabetizar, mas sim de potencializar as habilidades e competências em cada faixa etária para o desenvolvimento pleno, integral e social das crianças. Outro forte aliado nessas ações é a parceria com as famílias que ao terem melhores esclarecimentos sobre o diagnóstico do filho, e mais conhecimento podem contribuir significativamente com as ações escolares, maximizando assim as potencialidades da criança, verificar a importância do atendimento educacional especializado no desenvolvimento de crianças com deficiências, mais especificamente analisar as contribuições do atendimento educacional especializado em crianças na educação infantil, observar suas contribuições no processo de inclusão escolar e analisar como o mesmo vem sendo desenvolvido.

Palavras-chave: Educação infantil inclusiva; Educação especial; Educação Infantil especial.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um dos princípios fundamentais da dignidade da vida humana, além de ser um espaço de troca de novas experiências, onde a criança deixar seu lar, deixar de ser o centro das ações e passa a dividir todos os espaços com uma demanda externa a seu convívio pessoal e particular, a Declaração de Salamanca de 1994 traz em seu corpo as seguintes afirmativas:

> 2. Acreditamos e Proclamamos que:
> • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui

DOI: 10.51189/iii-cinped/42380

ISSN: 2675-813X V. 5, Nº 4, 2024

> características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
> • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
> • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. BRASIL (2024 p.1)

Partindo desse documento podemos declarar que a educação de crianças com necessidades especiais não poderia ser de outra forma se não em espaço compartilhado com as demais de forma que sua inserção seja plena e progressiva. Atualmente o que vivenciamos são grandes demandas de matriculas realizadas de crianças que ao longo do período escolar ainda na educação infantil apresentam comportamentos atípicos, onde posteriormente se configuram tratar-se de quadros de autismo, TDAH, TOD, ou mais de um quesito presente na mesma criança.

Há também situações aonde as crianças já chegam com um diagnóstico médico isso geralmente ocorre nos casos mais graves, em que a mesma apresenta um nível de agressividade, ou retardo mental em maior evidência.

Nesse cenário além do professor da sala regular de ensino, existe a figura do profissional da sala de atendimento educacional especializado AEE, este por sua vez trabalha mediante as necessidades apresentadas pelos educandos, afim de minimizar e prestar apoio educacional, com suportes de jogos pedagógicos, jogos digitais incluindo a criança na cultura digital, letras e números móveis, dentre outros suportes a de depender da demanda de cada criança.

Tendo como ponto de partida a nossa realidade uma unidade escolar pública no Município de Quixadá-ce, o Centro de Educação Infantil Neemia Jataí Teles nos propusermos de forma geral, verificar a importância do atendimento educacional especializado no desenvolvimento de crianças com deficiências, mais especificamente analisar as contribuições do atendimento educacional especializado em crianças na educação infantil, observar suas contribuições no processo de inclusão escolar e analisar como o mesmo vem sendo desenvolvido.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente nasceu a partir de observações em espaço de trabalho e de nossas inquietações acerca do processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, onde percebeu-se um grande aumento de matriculas de diferentes níveis e com diversificadas demandas por suportes, seja suporte humano, no caso o profissional de apoio escolar, suporte pedagógico, quando as crianças apresentam grande dificuldade de aprendizagem e até suporte psicológico ou de remédios.

A fim de nos aprofundamos acerca dos pressupostos legais realizamos pesquisas bibliográficas desde a leitura da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) de Nº 9.393/96, até o estatuto da pessoa com deficiência a lei Nº 13.146 de 2015, que em seu artigo 208, inciso III onde diz que o atendimento a esse público deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, foram realizadas observações em loco nos momentos de recreação das interações entre as crianças, bem como troca de experiências de relatos entre professores que atendem a esse público.

DOI: 10.51189/iii-cinped/42380

ISSN: 2675-813X V. 5, Nº 4, 2024

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atendimento educacional especializado tem por objetivo trabalhar as dificuldades das crianças que fazem parte do processo de inclusão, essas crianças são atendidas na sala de Atendimento Educacional Especializado, através de uma matrícula Dual ou "outra matricula", isso porque esse serviço fica a critério das famílias em permitir que seus filhos participem ou não, a escola não pode leva a criança para a sala do AEE sem o consentimento familiar.

As famílias precisam assinar um termo de compromisso para que a criança possa ser atendida nessa sala, o atendimento educacional especializado visa o aprimoramento diante das dificuldades apresentadas pelas crianças, trabalhando-as a fim de promover uma melhora em suas habilidades cognitivas, de comunicação, de interação, bem como de coordenação motora grosa e fina, é importante frisar que o mesmo não é reforço escolar, mas sim um complemento pedagógico focado nas necessidades de aprendizagem do aluno, ele não tem como finalidade alfabetizar ou letrar a criança, para tanto o professor as sala de AEE constrói um plano de desenvolvimento individualizado PDI para cada aluno incluído focando suas reais necessidades de desenvolvimento.

As famílias também precisam serem assistidas para sentirem-se segura durante o processo. Em seu relato de experiência acerca de uma vivencia exitosa, a profissional que atende na referida sala nos declama que:

> "Gostaria de relatar uma experiência exitosa com uma criança com deficiência intelectual grave a mesma não estava fazendo nenhum tipo de terapia a família encontrava-se perdida no que se refere ao acompanhamento multiprofissional sendo assim eu como professora da sala do AEE acolhi essa família e buscamos soluções para incluir essa criança no processo educacional dediquei tempo e empatia para facilitar a inclusão dessa criança foi bem desafiador a mesma ficava bastante nervosa orava bastante e não deixava ninguém ter aproximação mas com perseverança e insistência conseguimos êxito nessa experiência hoje estou com o coração cheio de alegria por ver essa criança sem chorar aproximando-se de cada profissional e gostando de estar no espaço escolar pois incluir é acima de tudo acolher e acolher com amor e entusiasmo acreditando no potencial dessa criança" Professora da sala e AEE

Podemos perceber a partir do referido relato que as ações excedidas nesse ambiente trazem conforto e contribuições para além da sala e aula regular, mas também são uma espaço de fortalecimento para as famílias das crianças que, muitas vezes encontram-se desacreditadas sem orientações de como proceder para fornecer ao filho um atendimento adequado para minimizar sua condição, um espaço escolar acolhedor possibilitar uma aproximação com mais confiança tanto para as famílias como para as crianças.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 de 2015, em seu artigo artigo 28, inciso IX diz que, "adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência", Brasil (2024a), nesse sentido atividades lúdicas, divertidas que despertem o interesse do educando são fortes aliadas nessa articulação entre ensino e aprendizagem, é importante destacarmos a relevância desse trabalho e suas contribuições na vida escolar da criança, uma vez que iniciando na educação infantil, muitas situações podem ser minimizadas, dificuldades de interação entre a criança e o professor de sala e com as demais crianças, o trabalho realizado visando potencializar a oralidade com história, a organização mental ao manusear blocos de encaixe onde necessita concentração, atenção e pensamento lógico ao montar peças e definir como sendo outro itens de seu convívio. A criança vai aos poucos aprendendo a ser mais autônoma em suas necessidades ao passo que aprende a conviver com os demais e estabelece interação,

DOI: 10.51189/iii-cinped/42380

santos (2000) Apud Beledeli e Hansel (2024), em seu trabalho nos esclarece que:

> "(...) os jogos devem ser usados como instrumentos na busca de uma aprendizagem significativa e por isso quando utilizados de uma maneira ocasional, sem uma programação e sem o planejamento de objetivos acabam se tornando ineficazes. Já os jogos que são planejados pelo professor, com objetivos selecionados e voltados para a aprendizagem são eficazes, favorecendo o desenvolvimento das habilidades e a construção do conhecimento"

Dessa forma ao passo que o professor elabora o plano de desenvolvimento individual ele já possui uma análise previa das dificuldades de aprendizagem ou situacional da criança muitas vezes a criança é muito inteligente, desenvolve rapidamente as habilidades cognitivas, mas no campo social não consegue interagir com as demais, nos casos das crianças que apresentam necessidades de alimentação, higienização e locomoção é solicitado outro tipo de acompanhamento, o do profissional de apoio escolar, porem isso não o eximir de de ter os acompanhamentos semanais na sala do AEE.

4 CONCLUSÃO

O processo de inclusão ainda é um dos desafios na realidade educacional atual, contudo o trabalho oferecido de forma adequada pelos profissionais da sala de atendimento educacional podem contribuir significativamente no andamento escolar das crianças com necessidades especiais, o trabalho realizado de forma individual promove um olhar mais aprofundado por ser individualizado, acerca das dificuldades educacionais da criança, podendo identificar em quais áreas a mesma pode desenvolver melhor ao longo do ano letivo.

Os jogos pedagógicos promovem um maior envolvimento das crianças e ao passo que esse vai se desenvolvendo a criança vai trabalhando a concentração, o pensamento cognitivo uma vez que montar, posicionar, memorizar exigem conexões neurais. O trabalho da sala de recursos recebe destaque uma vez que ao passo que desenvolve as habilidades de comunicação das crianças também possibilita que ela busque ou aceita a aproximação das demais crianças, seja nas brincadeiras livres ou nos momentos de interação com joguinhos na sala de aula regular. Buscar o envolvimento das famílias tem-se mostrado de fundamental importância nesse processo inicial da criança com o primeiro acesso a instituição escolar, onde mediante conversas ambos buscam meio para promover um maior desenvolvimento da criança é até mesmo orientações do profissional da sala de AEE de como proceder em ações sejam relativas ao andamento da criança e também psicológica.

REFERÊNCIAS

BELEDELI E HANSEL. **A importância dos jogos pedagógicos no processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos com deficiência intelectual.** Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_isoletefatimabeledeli.pdf acessado em 22 de agosto de 2024a

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em acessado em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf 22 de agosto de 2024

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab acessado em 02 de agosto de 2024a

DOI: 10.51189/iii-cinped/42380